

Critérios jornalísticos de noticiabilidade: discurso ético e rotina produtiva¹

Alessandra Aldé, Gabriela Xavier, Diego Barretos e Viktor Chagas

1. Introdução: o que é notícia?

A partir da introdução da imprensa, nos primórdios da modernização europeia, combinada nos séculos seguintes à extensão do sufrágio e às transformações sociais e políticas da democracia de massa, os jornais e jornalistas passaram para o centro da esfera pública, tornando-se elemento fundamental para a mediação entre os cidadãos e o Estado, bem como em personagens políticos de primeira grandeza, com suas atenções e opiniões disputadas por grupos e agentes de interesses. As relações tensas e complexas entre os jornalistas e a política já eram objeto de atenção e crítica de Honoré de Balzac, em 1843. A interação entre esfera pública e comunicação de massa está no centro do pensamento de vários teóricos da sociedade, progressivamente ao longo do último século. A investigação sobre os critérios de noticiabilidade, assim, ganha relevo tanto para a ciência política quanto para os estudos de comunicação.

Efetivamente, para grande parte dos cidadãos, desinteressados de uma política vista como incompetente e corrupta, os jornalistas tornam-se importantes agentes de informação política e análise social, simplificando uma esfera pública vista, muitas vezes, como distante e irrelevante para as preocupações rotineiras dos sujeitos. O cidadão da democracia moderna se vê mais mobilizado pela esfera privada do interesse econômico do que ávido por participar, ativo e informado como reza a teoria, da deliberação pública dos interesses coletivos. A política parece distante, uma coisa a ser deixada a “eles”, os especialistas e políticos. No entanto, a necessidade de se justificar discursivamente, ainda que para si mesmos, faz

com que estes cidadãos estejam atentos a discursos legitimadores que simplifiquem as complexidades do mundo público, orientando a tomada de posições.

Os meios de comunicação são centrais nesta elaboração e justificação das atitudes políticas. A maneira pela qual a mídia organiza e apresenta a informação tem efeitos importantes em sua interpretação. Fica evidente o papel central dos jornalistas – repórteres, editores, pauteiros e âncoras de jornal e televisão – na produção de explicações e enquadramentos predominantes na cultura política de massa. Através de quadros de referências valorizados, significativos dentro do ambiente cognitivo de grande parte das pessoas, os jornalistas dão credibilidade a certas visões de mundo, a enquadramentos sobre a realidade que, por sua vez, são influentes nas construções do cidadão comum sobre a política. Autores como Robert Park já reconheceram no jornalismo esta função cognitiva, funcionando como um recurso entre a ciência e o senso comum para a difusão do conhecimento (Trinta e Neves, 2004). Para a maioria dos cidadãos, os meios são os instrumentos por excelência de informação sobre a política, critério inclusive para o exercício da boa cidadania. “Os jornalistas são vistos como responsáveis pela transparência da administração pública e pela denúncia e vigilância do poder político, através da incumbência, que lhes atribuem os espectadores, de fornecer-lhes a ‘essência dos fatos’ políticos” (Aldé, 2004).

Os atores políticos, por sua vez – sejam os partidos, governos, candidatos, movimentos sociais ou outras instâncias da sociedade civil, mais ou menos organizadas –, conscientes em maior ou menor grau desta nova dinâmica dos processos de poder, também procuram interferir, a seu favor, no processo de produção da notícia, profissionalizando sua relação com os meios. Cada vez mais, o conhecimento, intuitivo ou técnico, de como “emplacar” notícias torna-se capital político importante e disputado.

Neste cenário político, para compreendermos a dinâmica de construção de agendas coincidentes e enquadramentos predominantes, fundamentais para a formação da opinião pública, evidencia-se a importância de estudar as regras da circulação de informações e pressões entre jornalistas, assessores de imprensa, fontes de informação política e agentes do poder, econômico ou político. O estabelecimento de fontes preferenciais e padrões de comportamento jornalístico, tidos como eficazes ou aceitáveis, contribui para a concessão de espaço privilegiado para alguns emissores e versões da realidade, e determina a exclusão ou limitação de outros, sugerindo várias frentes de investigação e análise relevantes científica e politicamente. Quais os processos que constituem a produção da informação sobre a política? Qual a influência, sobre a produção da agenda, das percepções dos próprios jornalistas a respeito de seu papel político e de seu *ethos* profissional? Quais os critérios que marcam o processo de agendamento e enquadramento da realidade pelos meios de comunicação de massa?

Foi buscando avançar neste campo de estudos que empreendemos a presente pesquisa, procurando analisar os critérios de noticiabilidade a partir do discurso dos próprios jornalistas sobre sua rotina profissional, seus processos de seleção, redação e edição das notícias. Este objeto mais abrangente desdobra-se em três elementos principais: o discurso ético, ou como os jornalistas definem, em termos normativos, o ideal que legitima sua atividade profissional; a rotina produtiva, que impõe condições e critérios muitas vezes conflitantes com o ideal ético; finalmente, o papel dos próprios meios, que leva em conta os efeitos da materialidade tecnológica dos instrumentos e ferramentas do ofício, condicionando certas práticas e hábitos jornalísticos, influenciando nos padrões de comportamento e critérios para acesso e seleção de pautas, fontes e informações.

Nesta etapa inicial, empreendemos uma análise do discurso jornalístico a partir dos manuais de redação e de sua descrição em outras pesquisas já realizadas sobre o tema. Constatamos, em primeiro lugar, a reconhecida dificuldade de definir explicitamente o que seja notícia – descoberta bastante surpreendente, em se tratando de tema tão discutido e relevante. Embora seja quase consensual que um “bom jornalista”, experiente e/ou vocacionado, sabe sempre reconhecer fatos ou assuntos com este potencial, os manuais e depoimentos de jornalistas que analisamos até o momento não trazem critérios objetivos para tal; parecem mais empenhados em descrever “como” é a notícia, sugerindo modos de apuração e redação, do que em estabelecer regras, ainda que mínimas, para outros jornalistas reconhecerem “o que é” notícia. De maneira geral, todos parecem concordar que notícia é um fato ou acontecimento de interesse público. Contudo – como afirma, por exemplo, Ricardo Noblat em *Como fazer um jornal diário* – somente a experiência prática do dia a dia dará ao jornalista o “faro” para identificar uma notícia.

De acordo com os manuais e estudos que analisamos, só o exercício contínuo do jornalismo habilita o profissional a selecionar, com maestria, o que é ou não noticiável. A própria complexidade da tarefa dificulta o estabelecimento de normas rígidas neste sentido. “É fácil perceber que uma guerra, uma revolução, uma violência em grande escala são notícias. Difícil é definir o que é notícia em um mar de informações diárias”, como afirma Isabel Travancas, em seu estudo de caso sobre o mundo dos jornalistas.

2. Ethos jornalístico e critérios de noticiabilidade

Entendemos como discurso ético a definição, pelos próprios jornalistas, de sua atividade profissional em termos de um ideal normativo. Acreditamos que, em certa medida, este discurso influi sobre os critérios que adotam no momento de escolher pautas e fontes, atribuir relevância editorial, descartar

possíveis temas, problemas e matérias como não dignos de serem publicados. Como deveria agir um bom jornalista? Trata-se sempre, evidentemente, de um discurso voltado para a legitimação do papel profissional e público do jornalista, e deve ser analisado, portanto, como um discurso persuasivo de tipo *ethos*, empenhado em qualificar seus autores, alçando-os a uma posição em que sua autoridade para tomar as decisões implicadas no processo de produção da notícia fica subordinada a certos valores, compartilhados pelo público. A influência relativa destes valores declarados no processo de agendamento propriamente dito dependerá, no entanto, de outros elementos da produção da notícia.

Alguns estudos contribuíram para investigar esta questão no Brasil, tratando da visão dos jornalistas sobre a ética jornalística e os padrões de comportamento profissional presentes nos meios de comunicação de massa. Lembremos, em primeiro lugar, a pesquisa organizada por Adalberto Cardoso com jornalistas da imprensa escrita (1995), que levanta alguns pontos importantes na relação entre os jornalistas e os valores democráticos, indicando uma discrepância entre a valorização das instituições democráticas e a consciência, limitada, de sua responsabilidade na formação da opinião pública. Ou seja, embora se vejam como guardiões dos valores democráticos, não atribuem grande relevância política à priorização de certos temas da agenda pública pela mídia.

Outros estudos adotam uma abordagem antropológica, como o de Isabel Travancas (1992), através da observação participante da redação de um grande jornal, e a pesquisa de Vizeu Pereira com os editores de texto do RJ-TV, da Rede Globo (2000). A partir da observação da rotina e depoimentos dos próprios jornalistas, estes trabalhos permitem uma aproximação qualitativa dos processos de produção da notícia. Ambos apontam para uma característica presente no discurso jornalístico que, segundo os profissionais, apesar de estar diminuindo ao longo dos anos, ainda permanece na essência da profissão: seu perfil de agente de transformação social. De acordo com esta perspectiva, o jornalista cumpre uma missão social que o eleva acima do mero desempenho técnico de tarefas.

Os jornalistas, desde os mais engajados até os mais céticos, se sentem na posição de críticos e denunciadores das injustiças da sociedade, e encabeçam uma missão de esclarecimento público que deseja estar acima das vontades e interesses da empresa jornalística. Segundo um depoimento: “(...) a imprensa é a vista da Nação. Através dela a sociedade acompanha o que se passa, devassa o que é ocultado, percebe as tramas que se desenvolvem e se acautela contra o que a ameaça” (Travancas, 1992).

Os manuais de redação, embora não definam claramente o que é notícia, propõem uma série de limitações éticas dentro das quais o jornalista deve procurar fatos noticiáveis. Trata-se de regras entendidas como internas – o jornal reserva-se a capacidade e autoridade para definir seus valores em relação às no-

tícias, manifestando-se fortemente contra o que é percebido como intervenção externa. Esta percepção da ética jornalística como endógena pôde ser percebida na veemência da reação da imprensa quando o governo propôs um conselho externo para avaliação da atividade. Para Luiz Garcia, autor do manual do Globo, “ética não é mordaga – a atividade tem critérios éticos próprios, e é a imprensa que escolhe suas regras específicas de conduta. Vindas de fora, é censura.”

O manual da Folha de S. Paulo inscreve esta autonomia na definição da ética jornalística como postura crítica, porém não emocional, que parece estar diretamente ligada a um jornalismo plural, capaz de concentrar várias vozes e, apesar disso, conservar a sua imparcialidade, embora o manual seja claro: “Não existe objetividade em jornalismo” (p. 45). O crítico é o que pesa os dois lados da balança com sobriedade antes de desferir sua opinião: uma posição apartidária, distanciada de interesses. Para concretizar tal processo crítico de produção jornalística, o manual de Folha sugere a constante discussão em equipe, o *brainstorm*, a reunião de pauta. O jornal seria apenas um “panorama dos principais acontecimentos da véspera tal como filtrado por uma personalidade editorial coletiva” (p. 12).

A Folha mostra bastante consciência da importância política dos critérios de noticiabilidade, na medida em que declara que “a seletividade na escolha das pautas é um recurso clássico do jornalismo. Nesta época, contudo, é também uma forma de organização das notícias, de criação de nexos entre elas e de estabelecimento de parâmetros para o leitor sobre o que é relevante ou necessário ao seu conhecimento e ao seu cotidiano. [...] Selecionar significa também priorizar assuntos, mesmo em detrimento de outros” (p. 21). O trabalho de um jornalista, então, consiste em selecionar qual o fato noticiável, e atrelar a ele um certo sentido de “relevância social” (p. 27).

Outro aspecto importante do discurso ético está presente nesta perspectiva, a exigência de objetividade ou imparcialidade. O manual da Folha revela a pretensão de produzir uma “leitura ao mesmo tempo fidedigna, e útil, senão da realidade, ao menos da sua superfície diária” (p. 10), ou seja, pretende-se um jornalismo tão objetivo quanto possível. “Em outras palavras, o jornalismo terá de fazer frente a uma exigência qualitativa muito superior à do passado, refinando sua capacidade de selecionar, didatizar e analisar. É recomendável que a gama de assuntos a ser cobertos até mesmo se reduza em alguma medida, desde que em contrapartida sua seleção seja mais pertinente e o tratamento que receberem, mais compreensivo” (p.15).

Parece clara a dimensão que assume a responsabilidade pessoal do jornalista, dada a ausência de regras explícitas para a avaliação do que seja “fidedigno e útil” no mar de informações diárias disponíveis como realidade diante do jornalista. As diretrizes para a escolha e enquadramento das notícias não são fornecidas

tecnicamente, através do manual de redação. É o jornalista, portanto, que decide o que é notícia, investido de certa clarividência – uma autoridade às vezes descrita em termos um tanto metafísicos, ou referida ao senso comum de uma coletividade autorizada (Mirella Bravo, 2004). Por outro lado, convém lembrar que o poder para exercer tal autoridade varia, dentro de cada redação, com a posição na hierarquia e atribuições funcionais dos diferentes jornalistas, algumas categorias exercendo mais grau de arbítrio e decisão (Lattman-Weltman, 1992).

As recomendações éticas dos manuais de redação parecem voltadas, na verdade, para estabelecer limites para o que é noticiável, excluindo normativamente práticas que, se dependesse apenas do “instinto jornalístico”, aparentemente, poderiam atrair profissionais pouco éticos. Há quase uma tensão entre ética e noticiabilidade: o código de ética do Globo, por exemplo, recomenda explicitamente que se desprezem informações ilegítimas, marcadas pelo sensacionalismo, uma vez que “interesse do público não significa necessariamente interesse público”. As principais condutas éticas obedeceriam, assim, a interdições normativas, mais do que proposições afirmativas. Segundo o manual do Globo, o bom jornalista deve respeitar os personagens e sua privacidade; evitar notícias cifradas, destinadas a meia dúzia de leitores; sempre que houver risco para a segurança de pessoa inocente, omitir informações que criem ou aumentem esse risco; verificar a veracidade da informação que oferece ao leitor; não acolher manifestações de preconceito; ficar atento em relação às denúncias, pois podem esconder interesses ilegítimos; proteger as fontes às quais se prometeu anonimato; considerar o direito de resposta caso alguém se considere ofendido ou atingido por referências ao seu nome ou a alguém da sua família.

A pesquisa de Travancas revela, ainda, outro aspecto valorizado pelo discurso ético: a vida de dedicação exclusiva e abnegação do jornalista, recorrendo a uma comparação bastante esclarecedora com os médicos, para caracterizar uma vida de entrega, onde o ambiente pessoal e familiar praticamente não existe ou está fortemente subordinado à vida profissional.

O jornalista, de certo modo, não é dono do seu próprio tempo: este não lhe pertence, e sim à carreira. E neste sentido pode-se estabelecer um paralelo com os médicos, que também não podem dispor à vontade de seu tempo. Até as expressões se assemelham: trabalhar nos fins de semana ou feriados em jornal é dar plantão, e não trabalhar nesses dias significa ter folga, sem falar no fato de que amiúde o jornalista não pode sair cedo em dias de eventos importantes, pois precisa ficar de prontidão, aguardando novidades, como o médico com paciente grávida ou doente no CTI, que precisam de acompanhamento em tempo integral (Travancas, 1992).

O depoimento de Zuenir Ventura reforça o caráter valorativo desta comparação: “O médico trabalha com a vida e o jornalista com o destino, a reputação e a privacidade da pessoa. O jornalista não tem limites, só os éticos. É uma profissão que pode devassar muito da vida de alguém.”

A grande maioria dos jornalistas, no entanto, embora reclame da rotina sacrificada das redações, diz não se arrepende de ter optado por esse estilo de vida particular, mesmo depois de muitos anos de profissão. Ao contrário, os jornalistas demonstram bastante paixão, inclusive pelo dinamismo (ou até frenesi) característico da profissão. Veremos também que a própria velocidade da notícia – a pressão do tempo de fechamento, de forma diferente para cada tipo de veículo – torna-se critério de noticiabilidade na rotina de produção jornalística.

3. Rotina produtiva da indústria do jornal

Para além do discurso ético centrado na missão social e no compromisso com a verdade e objetividade dos fatos, a literatura mais recente sobre o papel político dos jornalistas tem focalizado explicações alternativas e complementares, em oposição à hipótese, quase maniqueísta, de que os meios podem manipular intencionalmente a informação, a serviço das elites econômicas. Confrontada com o exigente discurso ético dos jornalistas, a perspectiva apocalíptica tende a avaliar negativamente o descompasso entre a teoria e a prática, acusando “um certo jornalismo” e apontando para um ideal a ser alcançado, como se tudo dependesse da “profissão de fé” jornalística. Na verdade, o processo de seleção, exclusão e enquadramento de notícias obedece, em grande medida, a regras de noticiabilidade incorporadas e praticadas quase automaticamente pelos próprios jornalistas, tanto mais quanto mais experientes e em posição de tomar decisões.

No processo de produção das notícias, o estabelecimento de rotinas profissionais que, em grande medida, condicionam o trabalho cotidiano de jornalistas e repórteres, combina-se ainda às pressões exercidas pelos interesses da empresa. Assim, interessa verificar a relativa autonomia que os jornalistas atribuem a seu próprio trabalho, no interior de um esquema industrial em que dificilmente as decisões são tomadas de maneira centralizada. Em primeiro lugar, os manuais de redação informam que os jornalistas precisam seguir a linha editorial do jornal, estabelecendo limites para a autonomia dos produtores primários das notícias. De acordo com o manual do Globo, o jornal diz o que pensa em seus editoriais, e articulistas e colunistas fazem o mesmo em textos assinados; para eles, a liberdade de estilo é tão grande quanto a de opinar. Mas existem normas para opinar. Deve-se evitar, com exceção de momentos muito especiais, o comentário que apenas registra pasmo, admiração ou indignação. Os sentimentos devem estar apoiados em fatos e acompanhados de argumentos lógicos

que conduzam a uma conclusão concreta. A ênfase no levantamento, apuração e checagem reforça a idéia de procedimentos típicos que conformam boa parte da produção da notícia.

A pesquisa de Pereira Jr., em *Decidindo o que é notícia*, focaliza justamente as práticas produtivas da rotina diária, apontando as atitudes incorporadas através dos hábitos das redações como fatores preponderantes na escolha do que se transforma em notícia. O trabalho de Barros Filho (2002) também enfatiza a centralidade de mecanismos interiorizados e rotineiros de decisão jornalística e editorial, remetendo ao conceito de *habitus*, tal como entendido por Bourdieu: seria, muitas vezes, o “reflexo de pauta”, praticado de forma automática pelos jornalistas mais experientes e ensinado aos novatos, o fator determinante para a inclusão ou exclusão de notícias, seu relativo destaque, enquadramento e formato. Assim, além dos processos intencionais e conscientes de seleção, priorização e interesse, o condicionamento de práticas não refletidas pelos profissionais dos meios também influi nos critérios sobre o que vira, ou não, fato noticiável.

Alguns aspectos da rotina industrial de produção jornalística influenciam claramente na definição do que vira ou não notícia nos meios de comunicação de massa. É o caso da pressão do tempo, pois é preciso que haja conteúdo para colocar no ar o telejornal do dia, rodar o jornal ou atualizar o site de notícias. Neste último caso, o condicionamento do trabalho jornalístico ao “tempo real” já fez com que certas empresas adotassem um número mínimo de atualizações a serem feitas por dia. Segundo o manual da Folha de S. Paulo, o jornalismo está mesmo “subordinado a um regime de pressa que faz parte de sua utilidade pública” (p. 14). Ora, a utilidade pública, portanto, está atrelada à agilidade jornalística. Uma notícia não tem valor se for velha.

Quando define o jornalismo como “registro taquigráfico da história” (p. 10), o manual da Folha também está implicitamente reconhecendo que as notícias são construtos efêmeros, tanto no sentido de sua agilidade, quanto no de sua precariedade, ou parcialidade. O relato jornalístico, na verdade, se constrói muitas vezes na forma de narrativa continuada, em que se presume o acompanhamento ao longo do tempo.

Para todos os veículos, não é possível argumentar que não houve “notícias importantes”, ou fatos noticiáveis, naquele espaço de tempo. Podemos inferir, portanto, que em momentos de normalidade, sem “uma guerra, uma revolução, uma violência em grande escala” que se imponham como notícias, certos fatos sejam noticiados pela sua disponibilidade ou acessibilidade, simplesmente para preencher espaço.

Ganha importância, assim, estabelecer uma relação de fidelidade com as fontes de informação constantes. De acordo com os jornalistas entrevistados por Travancas, é consenso que se queimar com uma fonte “quente” (no sentido

de que fornece informações interessantes com frequência) não vale à pena, nem para dar um “furo de reportagem”. Nessa visão, o “furo” é tido como algo efêmero, que dificilmente irá render benefícios duradouros ou concretos para o jornalista. Vemos aqui como produção rotineira e inesgotável de notícias pode valer mais do que o esclarecimento público. A mesma lógica ajuda a entender porque as pautas, em geral, refletem um “jornalismo fortemente atrelado a agendas, fontes e declarações oficiais” (FSP, p. 16). A necessidade de fontes e histórias acessíveis, “à mão”, também remete ao uso das tecnologias, novas e tradicionais, ponto que será detalhado adiante.

A concorrência, por um lado, e colaboração, por outro, entre jornalistas de um mesmo veículo e entre veículos distintos também têm impacto sobre os fatos que viram notícia, e sobre a maneira como são enquadrados. É mais comum do que se pensa, por exemplo, a colaboração entre jornalistas “setoristas”, ou seja, que cobrem em conjunto os mesmos acontecimentos. Os repórteres, principalmente da mesma empresa, trocam informações e atualizam recém-chegados, o que pode padronizar a cobertura e enquadramento dado a certos eventos.

Por outro lado, é a concorrência entre veículos que determina, muitas vezes, pautas comuns, notícias que “não podem deixar de sair”, uma vez que estão sendo publicadas e comentadas nos outros veículos. Isso provoca um efeito circular de repercussão, em que alguns fatos e eventos ganham proporções ainda maiores dada sua própria visibilidade na mídia.

A pesquisa de Pereira Jr. atribui às relações profissionais dentro das redações um caráter bastante competitivo, colocando de forma direta a existência de um sentimento de superioridade entre os componentes de diferentes níveis hierárquicos. “Não há repartição, casa de negócio em que a hierarquia seja mais ferozmente tirânica. O redator despreza o repórter, o repórter, o revisor [...]. A separação é a mais nítida possível e o sentimento de superioridade, de uns para os outros, é palpável, perfeitamente palpável.” O ambiente competitivo soma-se ao *stress* do ritmo de produção: Isabel Travancas descreve a redação como um ambiente dinâmico e barulhento, embalado pelo som contínuo do telefone. Visualizamos com facilidade os jornalistas frente aos monitores, com listas e telefones à mão, pressionados pelo prazo e pelo volume inesgotável de matérias a apurar e redigir. Trata-se de variáveis que sem dúvida condicionam os critérios do que é notícia, bem como sua aplicação cotidiana pelos jornalistas. A imagem desta rotina de produção industrial nos leva ao terceiro elemento, que lhe está relacionado: em que medida a materialidade dos próprios meios de comunicação incide sobre a definição do que será publicado?

4. Novas tecnologias e a produção da notícia

A nosso ver, tornou-se questão central, na investigação das práticas jornalísticas, a materialidade das tecnologias da comunicação, cujo uso habitual e dependência profissional transformam constantemente o fazer jornalístico. Assim, a introdução progressiva de computadores e telefones cada vez mais portáteis, redes mundiais de informação com acesso fácil e direto, transmissões em tempo real de falas e imagens são elementos vitais no funcionamento e rotina jornalística, e sua incorporação como instrumentos do ofício tem conseqüências substantivas sobre o modo de produzir as notícias, inclusive políticas. A estrutura da comunicação em rede que caracteriza a internet, por exemplo, traz diferenças fundamentais para cada elemento do processo comunicativo. Trata-se de emissão dispersa e capilarizada, fundamentalmente não-hierárquica, em que emissores alternativos e atores políticos marginais podem tentar produzir eventos noticiáveis, procurando atrair a atenção dos jornalistas e, conseqüentemente, espaço valioso no noticiário.

Acreditamos que o uso específico que certos grupos tendem a fazer das novas tecnologias pode ter implicações particularmente relevantes para sua apropriação social e política. Indivíduos com determinado perfil profissional e social participam do processo de apropriação cultural e política das novas tecnologias mais ativamente que a maioria dos usuários. É o caso dos jornalistas, usuários diretos de meios como a internet e o celular, e que visam de alguma forma a objetivos de propagação do conhecimento; o uso que fazem e as notícias que fazem circular a respeito são fundamentais para as imagens produzidas pela cultura sobre certa realidade tecnológica. Inseridos concretamente no uso cotidiano e profissional das tecnologias da informação, os jornalistas contribuem para sua divulgação de acordo com certos padrões e expectativas. Alimentam o imaginário socialmente compartilhado sobre os meios de comunicação, que por sua vez condiciona o uso que fazemos das tecnologias.

A partir da constatação de que os produtores de notícias recorrem crescentemente à internet, por exemplo, como fonte de informação, podemos percebê-la como um novo campo de disputa social e política. Candidatos, partidos, governos e movimentos podem se empenhar na produção, via web, de informação noticiável, procurando conquistar a atenção da “grande mídia”, capaz de ampliar a repercussão de seus discursos.

É interessante notar que o discurso ético sobre o jornalismo tem dificuldade em incorporar o importante papel desempenhado por condicionantes externas, sejam produtivas ou tecnológicas. O manual de Ricardo Noblat, por exemplo, afirma que o bom jornalista sai da redação em busca da notícia. Desta forma, o uso do telefone e da internet não são proibidos, mas recomenda-se que sirvam

apenas de ferramentas auxiliares ao jornalista, nunca como fontes principais. A internet, para Noblat, é uma excelente fonte de pesquisa, mas uma entrevista via e-mail pode não ser “tão eficiente” como uma feita pessoalmente. De acordo com o discurso ético, o jornalista tem controle sobre as tecnologias, cabe-lhe ser criterioso e saber utilizar o que há de mais proveitoso nestas ferramentas. O telefone, por exemplo, é o canal que conecta o repórter da rua à redação, e através do qual matérias podem ser direcionadas ou adequadas às necessidades pertinentes ao veículo naquele momento. Não parece ter implicações particulares, enquanto objeto tecnológico, sobre o fazer jornalístico.

Parece ser uma visão bastante romântica do ideal jornalístico, que percebe o profissional como o investigador autônomo, cheio de iniciativa, que desloca-se pessoalmente em busca dos fatos, onde quer que a notícia esteja. Trata-se, evidentemente, de um mito positivo, reforçado pela indústria cultural com personagens de ficção presentes nos livros, filmes e novelas. Na prática, este mito se contrapõe a uma rotina bem menos heróica, em que a realidade do “jornalista sentado”, dependente de tecnologias como o telefone e as comunicações padronizadas das agências de notícias, antecedeu em muito a advento das novas tecnologias digitais, que vêm, no entanto, reforçar a tendência (Pereira, 2004). Não se trata, evidentemente, de uma realidade a ser simplesmente descrita e reconhecida, acriticamente; mas é, sem dúvida, preciso incorporar à definição de notícias as condições decorrentes destas práticas.

Em investigação preliminar realizada sobre o uso que os jornalistas da mídia impressa e digital fazem dos *websites* informativos, estudamos a capacidade relativa dos sites de candidatos, durante o período eleitoral, de pautarem os meios de comunicação tradicionais, influenciando a cobertura jornalística das eleições presidenciais. Abordamos as relações entre as campanhas virtuais dos quatro principais candidatos a presidente, em 2002, e a cobertura dada pelos jornais à agenda política originada por estes sites (Aldé e Borges, 2004). Foi a primeira campanha em que a internet desempenhou um papel político relevante, sendo usada estrategicamente pelos candidatos para provocar notícias em tempo real que acabaram amplificadas pela mídia, reforçando ataques que poderiam não ter tanta visibilidade. Páginas mais agressivas, como a de Serra, que produzia uma pauta dinâmica de denúncias e “histórias” sobre seus adversários, conseguiram ampliar a repercussão destes ataques, através de sua divulgação na forma de notícias.

Ao mesmo tempo que a internet amplia a oferta de informação para os jornalistas, o uso que estes fazem da rede aumenta seu alcance junto a um público muitas vezes maior que os usuários extremamente interessados que, podemos imaginar, procurariam espontaneamente, por exemplo, sites de candidatos. Na medida em que a internet é fonte fundamental de eventos noticiáveis para

usuários especializados, como os jornalistas, é possível redimensionar seu alcance político e sua importância para uma comunicação mais plural. Da mesma forma, as diferenças na produção de notícias nos jornais impressos e on-line levanta novas questões sobre práticas e critérios de noticiabilidade.

Percebemos, entre outras coisas, que a cobertura on-line oferece uma estrutura de decisão mais flexível, na qual personagens e fontes de menor expressão podem ser bem sucedidos em dar visibilidade a fatos e eventos que, na mídia tradicional, poderiam não ter espaço. O acompanhamento dos fatos em tempo real condiciona uma cobertura contínua, em que os leitores participam do desenrolar da reportagem, com a sugestão de pauta ou boato, a busca das variadas versões, as repercussões e conseqüências. Ao contrário dos leitores do jornal impresso, que recebem no dia seguinte o resultado final de um processo de agendamento, seleção, comparação, análise e edição, os internautas testemunham o vaivém da produção da notícia; se for escandalosa ou novelesca, com desmentidos e repercussões a cada momento, mais chances de mantê-lo ligado ao boletim eletrônico, o plantão do último segundo – todas categorias tão valorizadas no universo do tempo real.

Trata-se de marcas distintivas da mídia digital, que contribuíram para certas inovações, por exemplo, nas campanhas eleitorais, e para um uso mais ágil e agressivo da internet. Assim, as versões on-line dos jornais publicaram notícias e ataques ignorados pela mídia tradicional, com suas limitações de espaço e controle editorial mais severo. Comparando ambas as versões, vemos muitos casos em que as notícias reverberam ataques dos candidatos de forma muito mais significativa nos jornais on-line do que na mídia tradicional.

5. Conclusão

O objetivo da pesquisa que vimos realizando é avançar neste campo de estudos, oferecendo uma análise dos critérios de noticiabilidade a partir do discurso dos jornalistas sobre sua rotina profissional, seus processos de seleção, redação e edição das notícias. A partir deste levantamento bibliográfico preliminar, reforçou-se nossa percepção da necessidade de trabalho de campo no sentido de apreender, em primeira mão, o discurso dos profissionais envolvidos na produção destas apropriações e usos, a saber, os próprios jornalistas. Neste sentido, os resultados obtidos vêm subsidiar o prosseguimento da pesquisa, que prevê entrevistas em profundidade com jornalistas em posição de tomada das decisões editoriais implicadas no processo empírico de produção dos critérios de noticiabilidade.

Como resultados provisórios, delineamos, portanto, estes três campos principais de influência na definição do que é notícia pelos jornalistas brasileiros:

o auto-discurso ético legitimador, de acordo com o qual é missão dos jornalistas contribuir para o desenvolvimento da sociedade e manutenção dos valores democráticos; a rotina de produção jornalística, cujos elementos industriais de velocidade, concorrência e hábito condicionam a decisão sobre o que é digno de nota; por último, os efeitos das tecnologias de comunicação, cuja materialidade incide sobre a disponibilidade de informações e sobre a tão valorizada agilidade jornalística.

Constatamos, principalmente, o condicionamento mútuo destes três universos de questões. Assim, as prioridades e possibilidades éticas são limitadas e alimentadas pelo sistema de funcionamento de cada veículo, seu estatuto econômico e político, a hierarquia interna das redações, a atualização das ferramentas tecnológicas disponíveis para os profissionais. A construção da notícia, neste sentido, embora difícil de definir a priori e tecnicamente, é resultado das tensões entre estes campos, dando renovada importância ao estudo destes diferentes aspectos da identidade jornalística.

Alessandra Aldé

Professora da UERJ e pesquisadora associada do IUPERJ

e-mail: a.alde@uol.com.br

Gabriela Xavier, Diego Barretos e Viktor Chagas

Estudantes de graduação em comunicação social da UERJ.

Nota

1. Versão preliminar deste trabalho foi apresentada no X SIPEC (Simpósio Regional de Pesquisa em Comunicação), Rio de Janeiro, dezembro de 2004.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Afonso de. “Um outro Quarto Poder: imprensa e compromisso político no Brasil”. *Contracampo*, MCII/UFF, n. 4, 2000.

_____. “A identidade jornalística no Brasil: algumas questões teóricas e metodológicas”. *E-Compós, Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, v.1,p.1-14,2004.

ALDÉ, Alessandra. *A construção da política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. e BORGES, Juliano. “Internet e eleições 2002: pautando notícias em tempo real”. *Revista Logos*, FCS/UERJ, n. 21, 2004 (no prelo).

ALTHAUS, Scott L. e TEWKSBURY, David. “Patterns of Internet and Traditional News Media Use in a Networked Community”. *Political Communication*, vol. 17, n. 1, 2000.

BALZAC, Honoré de. *Os jornalistas*. Rio de Janeiro, Ediouro, 2004.

BARROS FILHO, Clóvis. “Reflexo de pauta: ética e *habitus* na produção da notícia.” *Contracampo*, MCII/UFF, n. 7, 2002.

CARDOSO, Adalberto. “Jornalistas, ética e democracia no exercício da profissão”, *Novos Estudos*, n. 42, CEBRAP, julho de 1995.

Folha de S. Paulo. *Manual de Redação*. São Paulo: Publifolha, 2001.

GARCIA, Luiz. *O Globo: Manual de redação e estilo*. São Paulo: Editora Globo, 2001.

GUMBRECHT, H.U. e PFEIFFER, K.L. *Materialities of Communication*. Stanford: Stanford University Press, 1994.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *Jornalistas: agenciando a cidadania, publicizando o privado*. Dissertação de Mestrado, IFCS/UFRJ, 1992.

_____. “Justiça, moral e ressentimento: ‘esferas públicas’ e formas discursivas da autoridade midiática na reiteração da promessa do ideal civil”, mimeo, 1998.

MACHADO, Elias. *O ciberespaço como fonte para os jornalistas*. Salvador: Editora Calandra, 2003.

_____. e PALÁCIOS, Marcos. *Modelos de jornalismo digital*. Salvador: Edições GJOL/Calandra, 2003.

MAIA, Rousiley. “Internet e esfera pública”, comunicação apresentada no X Compós, Brasília, 2001.

NOBLAT, Ricardo. *A arte de fazer um jornal diário*. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

PEREIRA, Fábio Henrique. “O agendamento da mídia online e o tratamento dispensado à cobertura da temática latino-americana no CorreioWeb”. Artigo on-line, www.bocc.ubi.pt

PEREIRA Jr., Alfredo Vizeu. *Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

SORRENTINO, Carlo. *Il giornalismo: che cos'è e come funziona*. Roma: Carocci, 2002.

TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Editora Veja, 1999.

TRAVANCAS, Isabel. *O mundo dos jornalistas*. São Paulo: Summus, 1992.

TRINTA, Aluizio Ramos e NEVES, Teresa Cristina da Costa. *A função cognitiva do jornalismo (A contribuição de Robert E. Park)*. Anais do XXVII Congresso da Intercom, Porto Alegre, 2004.

Resumo

Este trabalho aborda a produção jornalística de critérios de noticiabilidade e o efeito das tecnologias de comunicação nas práticas jornalísticas. Embora seja corrente que um “bom jornalista” sabe reconhecer fatos ou assuntos com este potencial, os manuais de redação e depoimentos de jornalistas analisados não trazem critérios objetivos para tal, reconhecendo mesmo a dificuldade de definir explicitamente o que seja notícia. É possível, no entanto, delinear aspectos que influenciam na decisão do que vira notícia, como o discurso ético com que os jornalistas legitimam sua missão profissional; práticas da rotina industrial jornalística, como a pressão do tempo e a concorrência com outros veículos; o papel das tecnologias de comunicação, conferindo, por exemplo, acesso diferenciado a fontes de informação.

Palavras-chave

Critérios de noticiabilidade, produção da notícia.

Abstract

This paper analyses the journalistic production of news criteria, as well as the effect of communication technologies in the practice of journalism. In spite of the common assumption that a “good journalist” knows how to recognize facts or themes with such potential, newspapers manuals and journalistic narrative analyzed do not bring objective criteria to that task, acknowledging the difficulty to define explicitly what becomes news. It is possible, however, to point aspects that influence the news-making decision, such as the ethical discourse with which journalists legitimize their professional mission; the routine practice of industrial journalism, including the pressure of time and business competition; the use of communication technologies, providing differentiated access to information sources.

Key-words

News criteria, news-making.